

Chamando a atenção ainda que esses recursos, para onde serão alocados, a renda per capita nesses estados é maior do que a nossa. Então é uma dupla injustiça que estamos sofrendo. Quero dizer a Vossa Excelência, extensivamente ao ilustre governador, é que o TCE não será inerte. Nós todos temos a confiança de que a ação do presidente, do nosso plenário, dos nossos substitutos, que o TCE imparcialmente é importante. Nós estamos com a imparcialidade que a nossa função exige, mas estamos também vigilantes quanto ao s interesses do estado do Pará. E esta Casa aqui, certamente, saberá tomar uma posição patriótica, histórica, de lealdade para com este estado, mesmo que isso tenha que causar alguns atritos aqui e acolá, mas não podemos deixar de lado os superiores interesses do nosso estado e, basicamente, os interesses da nossa população.

De maneira que aqui eu vejo o relatório do nosso Tribunal sucinto que a conselheira Rosa distribuiu, o parecer do Ministério Público de Contas penso ser assunto aqui que nós vamos levar a tarde inteira, entrando pela noite, porque todos eles são muito provocativos no sentido da nossa curiosidade.

Mas eu quero, então finalizar dizendo que esta é a principal reunião administrativa que o Tribunal de Contas faz durante o ano, exatamente o parecer-prévio das contas de governo e quero apresentar os cumprimentos renovados à nossa relatora, e afirmar que me posiciono favoravelmente à aprovação das contas do ano de 2019, referentes ao governador Helder Barbalho. Obrigado., Belém, 19 de agosto de 2020.

Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves

RESOLUÇÃO Nº 19.208

ANEXO - VOTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO E VOTO DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA:

Momento da discussão:

Senhor presidente, cumprimento a Vossa Excelência, doutor Odilon, cumprimento ao procurador-geral do MPC, doutor Guilherme Sperry, cumprimento também a todos os conselheiros, o nosso decano, conselheiro Nelson Chaves, conselheiros Cipriano Sabino, conselheiro Luís Cunha, conselheira Rosa Egídia, conselheiro novel, doutor Fernando Ribeiro, cumprimento o nosso procurador-geral do estado, doutor Ricardo Sefer, e em seu nome cumprimento sua excelência, o Senhor Governador Helder Barbalho, a quem Vossa Excelência está representando.

Cumprimento também na pessoa da conselheira substituta Milene Dias da Cunha e o conselheiro Daniel a todos os demais conselheiros substitutos. Cumprimento na pessoa do doutor Tuffi a todos os servidores desta Corte de Contas que tem tido toda a responsabilidade junto conosco para preparar tudo de forma correta e cumprindo nosso trabalho, nosso dever.

Gostaria nesse momento de dizer da nossa alegria e cumprimentar especificamente a doutora Rosa, parabenizá-la pelo primeiro relatório, de tantos outros que com certeza virão, como relatora dessas contas de governo. Não é fácil. Eu acredito que de todos nós está faltando apenas o novel, mas não é fácil a grande responsabilidade e especialmente, doutora Rosa, cumprimento tanto a senhora como toda a equipe que esteve sempre atenta ao seu lado diretamente e nesse momento, neste ano, quando a partir de fevereiro, nós tivemos tantos problemas, mas eu percebi que em momento nenhum deixamos a desejar, no que diz respeito, principalmente a esse trabalho, como disse o conselheiro Cipriano Sabino, é uma das maiores missões nossas, da grande responsabilidade que as congas de governo é um dos trabalhos mais importantes nossos, se não for o mais importante, porque realmente é a grande responsabilidade, e a culminância do nosso trabalho, e a nossa lupa, e eu gostei muito do tema e da feição, da visibilidade do relatório vemos uma lupa.

Realmente as contas de governo, doutora Rosa, muito acertado Vossa Excelência e sua equipe, de colocar como sendo um trabalho de lupa, o olhar do Tribunal acerca da grande responsabilidade do estado e nossa da nossa missão constitucional de oferecer à Assembleia Legislativa o parecer prévio dessas contas.

Nos últimos anos o Tribunal vem inovando, quando começa, porque antigamente eu me lembro, conselheiro Nelson, quando eu cheguei a esta Corte de Contas, o exame destas contas era a partir do momento que o governo entregava as contas; e nós tínhamos tão pouco tempo – 60 dias –, para toda essa análise, para observar tudo e era um trabalho e que hoje a gente tem um trabalho enorme, mas naquela época era muito maior, e a gente não tinha muito tempo para observar, fazer uma análise; e até mesmo no processo, orientar como hoje mesmo e eu quero parabenizar o doutor Ricardo Sefer, procurador-geral do estado, que no momento de sua fala, ele falou, ele pediu para que a equipe de contas pudesse acompanhar, agente já vem fazendo isso, mas ele demonstrou estar mais alerta ainda para as contas a partir de então na questão das nossas recomendações.

Isso é muito importante a visão do procurador, quando ele percebeu a importância desse monitoramento; e esta Corte de Contas já há alguns anos, ao perceber isso também, passou a já começar as tratativas das contas de governo, inclusive, a organização da equipe, designar o relator, ou relatora, das contas que vai acompanhar pari passu no seu devido momento dentro da gestão, ainda possibilitando que os técnicos possam começar e determinar os alertas para que a gestão possa, como nós vimos aqui no relatório das contas, do Ministério Público, nós os conselheiros, os técnicos não tenhamos que observar apenas nesse período curto de tempo, nas que no processo, no decorrer da própria gestão possamos ter essa oportunidade dos alertas, dos acompanhamentos.

Então isso me chamou muito a atenção e fez com que eu pudesse compartilhar a minha alegria de ouvir o que nós ouvimos até agora pelo relato excepcional da nossa conselheira Rosa, muito bom, tudo o que eu já tinha tido as observações porque nos mandaram a o relatório de análise direto, o relatório resumido, o ministério público também enfim, nos deu tempo para que nós pudéssemos apenas ter esse sentimento de alegria, de pa-

rabenizar a equipe, de parabenizar a nossa relatora, parabenizar o próprio governo do estado, porque a gente sabe que não foi fácil também, o primeiro ano de gestão, e agora, justamente no momento em que a gente estava dentro do prazo legal para apresentar o parecer a apareceram essas dificuldades, e tudo foi resolvido dentro dos prazos, inclusive dar a oportunidade para o estado, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas. Eu quero parabenizar o governo do estado, o nosso presidente por estar sempre atento. Na Constituição Federal nós não somos o Poder, mas nós somos um órgão que temos quase que, entre aspas, um poder, porém, a nossa constituição diz que os poderes, e os órgãos devem manter a harmonia e eu vejo muito isso, presidente.

Vossa Excelência e o governo do estado em harmonia com o Ministério Público de Contas no sentido dentro das suas condições, das suas limitações, prestar o seu trabalho à sociedade a harmonia e cada um cumprindo a sua tarefa. Nós pudemos observar no momento de o representante do governo do estado citando o Tribunal de Contas, o Ministério Público de Contas no sentido de estar sempre como aquela lâmpada de dar o alerta no momento que pode começar a haver essa interação para que a gente pudesse chegar como estamos hoje aqui, conselheiro Nelson, festejando esse momento, porque nós vamos encaminhar para a Assembleia Legislativa o relatório que vem tendo o seu cumprimento ao longo do ano de 2019 e chegamos até aqui tendo essa conclusão, encaminhando para a Assembleia um relatório, um parecer certamente que eles não terão tanta dificuldade, ou terão pouquíssimas dificuldades com essa análise mais profunda e contribuir com a melhoria para a qualidade e o trabalho do governo do estado. Isso com certeza reflete sobre todos nós, sobre a sociedade paraense e num reflexo também para nosso país.

Ontem, nós tivemos aqui por iniciativa do conselheiro Nelson Chaves o sentimento que Vossa Excelência colocou da questão da forma como nosso estado é tratado pela União e esse fato que surgiu recentemente sobre essa questão do Tribunal de Contas da União e do próprio governo federal em relação a questão, o conselheiro Cipriano não estava presente naquele momento, mas houve um debate por iniciativa do conselheiro Nelson a respeito do assunto e nós expressamos o nosso sentimento. Falamos inclusive que esta Corte de Contas vem há alguns anos lutando para que pelo menos essa lei Kandir que maltratou tanto o estado do Pará e o conselheiro Cipriano Sabino nos representou já vem lutando e agora de repente tivemos essa surpresa e ontem tivemos um debate sobre esse tema. Mas não vamos nos aprofundar porque estamos tratando das contas de governo, mas é uma coisa que afeta o Pará e afeta cada paraense.

E o conselheiro Nelson que puxou esse assunto e nós tivemos um tempão para discutir. Mas parabenizo o nosso procurador, o nosso governador o nosso presidente, o conselheiro Nelson que ontem puxou este assunto.

Mas parabéns a todos e eu acredito que estamos no rumo certo. Muito obrigada e que Deus continue nos abençoando.

Voto:

Eu já me manifestei antes. Eu apenas nesse momento, quero mais uma vez parabenizar a nossa conselheira relatora, cumprimentos extensivos a toda sua equipe; e dizer que estou de acordo, e na íntegra, com tudo que foi apresentado. Parabéns.

Belém, 19 de agosto de 2020.

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

RESOLUÇÃO Nº 19.208

ANEXO - VOTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO E VOTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR:

Momento da discussão:

Quero cumprimentar Vossa Excelência, o presidente do Tribunal, doutor Odilon, cumprimentar o doutor Ricardo Sefer, na condição de procurador-geral do estado, representando o governador e já até falou como cidadão paraense a indignação dele em relação à questão da ferrovia.

Ao doutor Ricardo Sefer, seja sempre bem-vindo a esta Casa, e nós agradecemos as gentis palavras que Vossa Excelência colocou com relação ao relacionamento que tem com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público de Contas, seja bem-vindo.

Quero cumprimentar o doutor Guilherme Sperry, procurador-geral do Ministério Público de Contas e a toda a equipe do MPC como ele já se referiu ao trabalho e ao empenho num curto espaço de tempo; e aso colegas dele, nossos colegas de trabalho do Ministério Público de Contas, cumprimento a todos, na pessoa do doutor Guilherme.

Doutora relatora, conselheira Rosa Egídia, parabéns pelo seu brilhante trabalho, o tempo exíguo, eu sei como funciona isso, eu tive a oportunidade de relatar algumas contas de governo do estado, e Vossa Excelência com certeza nesse período se dedicou horas e horas com toda a sua equipe; e eu quero parabenizar e cumprimentar Vossa Excelência, talvez o processo mais importante do Tribunal, embora seja o parecer prévio, mas ele vai falar, estudar e se referir a todo o orçamento do estado. É um trabalho grande e eu cumprimento Vossa Excelência e toda a equipe que fez as contas de governo, em nome de sua pessoa. Parabéns conselheira Rosa Egídia. Cumprimentar o nosso decano, presidente Nelson Chaves, querido amigo, cumprimentar a conselheira presidente Lourdes Lima, também querida amiga, conselheiro presidente Luís Cunha, conselheiro Fernando Ribeiro, também cumprimentar a conselheira substituta doutora Milene, o conselheiro substituto doutor Daniel.

E eu quero senhor presidente fazer apenas um destaque, rapidamente, porque esse tempo em que eu estou no Tribunal, existe sempre aqui e ali uma confusão, uma interpretação com relação às pessoas que acompanham esse trabalho do tribunal, algumas pessoas não compreendem.

Quero cumprimentar a secretária Hana pela competência e pela dedicação à frente da Seplad, também ao secretário de Fazenda, René Sousa, além de já cumprimentar agradecer as palavras do doutor Ricardo Sefer.

O balanço geral do estado é o orçamento todo do estado, o que o estado